



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 04 | Abril 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Abril de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 26 de abril.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Procedimento dos Défices Excessivos – 1.ª Notificação de 2013

De acordo com a primeira notificação de 2013 do Procedimento dos Défices Excessivos, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística a 28 de março, os valores do défice orçamental e da dívida pública das Administrações Públicas, relativos a 2012, situaram-se nos 6,4% e 123,6% do PIB, respetivamente (Quadro 1).

Quadro 1: Indicadores Orçamentais (PDE)

	2009	2010	2011	2012	2013p
Saldo Global					
1. Notificação de Março de 2013	-10,2	-9,8	-4,4	-6,4	-5,5
2. Notificação de Setembro de 2012	-10,2	-9,8	-4,4	-5,0	:
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	-1,4	:
Saldo Primário					
1. Notificação de Março de 2013	-7,3	-7,0	-0,4	-2,0	-1,1
2. Notificação de Setembro de 2012	-7,3	-7,0	-0,4	-0,7	:
Diferença (1-2)	0,0	-0,1	0,0	-1,4	:
Juros					
1. Notificação de Março de 2013	2,8	2,8	4,1	4,4	4,4
2. Notificação de Setembro de 2012	2,8	2,9	4,0	4,3	:
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	0,1	:
Dívida Pública					
1. Notificação de Março de 2013	83,7	94,1	108,3	123,6	122,4
2. Notificação de Setembro de 2012	83,2	93,5	108,1	119,1	:
Diferença (1-2)	0,5	0,6	0,2	4,5	:

Fonte: INE, Notificação do Procedimento de Défices Excessivos de 28 de março de 2013.

Considerando o tratamento estatístico das operações subjacentes ao acordado no âmbito do Programa, o défice orçamental, em 2012, foi de 4,7% do PIB, tendo, deste modo, sido respeitado o limite definido no Programa de Ajustamento Económico (5,0% do PIB). As diferenças no tratamento das operações dizem respeito à receita da venda da concessão aeroportuária ANA – Aeroportos de Portugal, SA, (0,7% do PIB), ao aumento de capital na Caixa Geral de Depósitos através de ações ordinárias (0,5% do PIB), à conversão de suprimentos concedidos pela Parpública, Participações Públicas (SGPS) em aumento de capital na Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, SA (0,5% do PIB) e às imparidades associadas à transferência de ativos do BPN para as empresas Parvalorem S.A. e Parups S.A. (0,1% do PIB), as quais colocaram o défice orçamental em 6,4% do PIB.

Note-se que estas duas últimas reclassificações estatísticas tiveram também impacto no valor do rácio da dívida, fazendo-o aumentar em 0,6 p.p. do PIB, Corrigindo desse efeito, o rácio da dívida situa-se em 123,0% do PIB no final de 2012.

Analisando a conta das Administrações Públicas (Quadro 2) em percentagem do PIB, observa-se, uma diminuição quer da despesa total quer da receita total.

Quadro 2: Conta das Administrações Públicas

	2009	2010	2011	2012
Receita Total	39,6	41,6	45,0	41,0
Receita Corrente	38,9	38,8	40,5	39,7
Receita Fiscal	21,7	22,1	23,6	22,9
Receita Contributiva	12,5	12,3	12,2	11,6
Outras receitas correntes	4,6	4,4	4,7	5,2
Receita de Capital	0,7	2,8	4,5	1,3
Despesa Total	49,7	51,5	49,4	47,4
Despesa Corrente	45,8	45,7	45,4	44,3
Despesas com pessoal	12,7	12,2	11,4	9,9
Prestações Sociais que não em espécie	17,0	17,1	17,3	18,0
Juros	2,8	2,8	4,1	4,4
Outras despesas correntes	13,2	13,6	12,6	12,1
Despesa de Capital	4,0	5,7	4,0	3,1
Saldo Global	-10,2	-9,8	-4,4	-6,4
Saldo Primário	-7,3	-7,0	-0,4	-2,0
<i>Em memória:</i>				
Despesa Total Primária	46,9	48,7	45,3	43,0
Despesa Corrente Primária	42,9	42,9	41,3	39,9

Fonte: INE, março 2013.

Em termos de receita fiscal, constata-se uma diminuição de 0,7 p.p., influenciada pelo decréscimo da receita dos impostos sobre o rendimento e o património, refletindo a quebra de receita de IRS originada pelo aumento da taxa de desemprego e pela suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos e aos pensionistas, assim como o efeito base da coleta da sobretaxa extraordinária em sede de IRS de 3,5%, e pelo decréscimo da receita dos impostos sobre a produção e importação. A rubrica contribuições sociais também registrou um decréscimo (0,6 p.p.), refletindo a diminuição do emprego total na economia. A receita de capital apresenta uma diminuição significativa face ao ano anterior (-3,2 p.p.), justificada essencialmente pelo facto do valor desta rubrica em 2011 se encontrar influenciado pela operação extraordinária de transferência de fundos de pensões do setor bancário (3,5 p.p. do PIB).

O total da despesa apresenta uma redução de 2 p.p. face a 2011, enquanto que a despesa primária se reduziu em 2,3 p.p.. A evolução da despesa com juros (+0,3 p.p. do PIB) reflete o aumento do nível de endividamento público, enquanto a taxa de juro implícita na dívida se reduziu face ao ano anterior.

Para o comportamento da despesa primária contribuiu a redução da despesa corrente, -1 p.p. do PIB, que reflete a diminuição das despesas com pessoal, muito influenciada pela suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos, pela forte restrição às promoções e progressões e pela redução do número de efetivos, e ainda o decréscimo das outras despesas correntes. A despesa de capital acompanhou a evolução decrescente, apresentando uma diminuição de 0,9 p.p. do PIB, sendo, em larga medida, afetada pelo efeito das medidas de carácter extraordinário⁵ nos últimos dois anos.

⁵ Em 2011, pela recapitalização do BPN e pela assunção da dívida de uma garantia concedida a uma empresa pertencente à Região Autónoma da Madeira. Em 2012 devido à receita do leilão dos direitos de utilização de frequências da 4ª geração de comunicações móveis, pelo aumento de capital na CGD, à conversão de suprimentos concedidos pela Parpública em aumento de capital na Sagestamo, SGPS, SA e às imparidades associadas à transferência de activos do BPN.

Em sentido contrário, verificou-se um aumento das prestações sociais, em particular, das prestações que não em espécie (0,7 p.p. do PIB) justificado, maioritariamente, pelo aumento das despesas com pensões e aumento da despesa com subsídio de desemprego.

Em 2012, a generalidade dos países europeus manteve a trajetória de consolidação orçamental, traduzindo-se numa redução do défice público, quer para a área do euro, quer para o conjunto da União Europeia (Quadro 3).

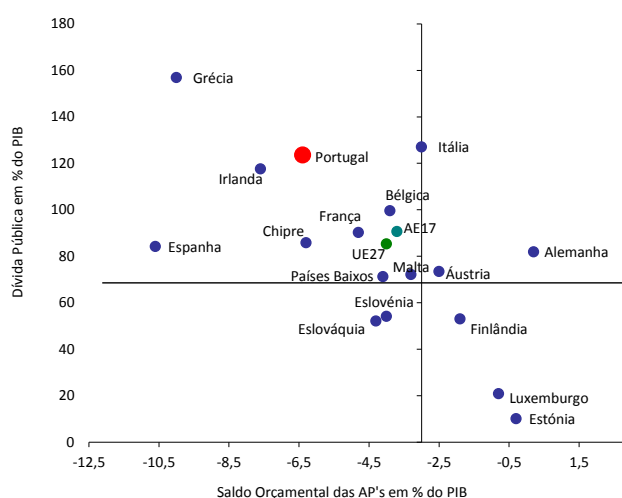
Quadro 3: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia (% do PIB)

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
União Europeia	-6,9	-6,5	-4,4	-4,0	74,6	80,0	82,5	85,3
Área do euro	-6,4	-6,2	-4,2	-3,7	80,0	85,4	87,3	90,6
Bélgica	-5,6	-3,8	-3,7	-3,9	95,7	95,5	97,8	99,6
Alemanha	-3,1	-4,1	-0,8	0,2	74,5	82,4	80,4	81,9
Irlanda	-13,9	-30,8	-13,4	-7,6	64,8	92,1	106,4	117,6
Grécia	-15,6	-10,7	-9,5	-10,0	129,7	148,3	170,3	156,9
Espanha	-11,2	-9,7	-9,4	-10,6	53,9	61,5	69,3	84,2
França	-7,5	-7,1	-5,3	-4,8	79,2	82,4	85,8	90,2
Itália	-5,5	-4,5	-3,8	-3,0	116,4	119,3	120,8	127,0
Chipre	-6,1	-5,3	-6,3	-6,3	58,5	61,3	71,1	85,8
Luxemburgo	-0,8	-0,9	-0,2	-0,8	15,3	19,2	18,3	20,8
Malta	-3,7	-3,6	-2,8	-3,3	66,4	67,4	70,3	72,1
Países Baixos	-5,6	-5,1	-4,5	-4,1	60,8	63,1	65,5	71,2
Áustria	-4,1	-4,5	-2,5	-2,5	69,2	72,0	72,5	73,4
Portugal	-10,2	-9,8	-4,4	-6,4	83,7	94,0	108,3	123,6
Eslovénia	-6,2	-5,9	-6,4	-4,0	35,0	38,6	46,9	54,1
Finlândia	-2,5	-2,5	-0,8	-1,9	43,5	48,6	49,0	53,0
Eslováquia	-8,0	-7,7	-5,1	-4,3	35,6	41,0	43,3	52,1
Estónia	-2,0	0,2	1,2	-0,3	7,2	6,7	6,2	10,1
Bulgária	-4,3	-3,1	-2,0	-0,8	14,6	16,2	16,3	18,5
República Checa	-5,8	-4,8	-3,3	-4,4	34,2	37,8	40,8	45,8
Dinamarca	-2,7	-2,5	-1,8	-4,0	40,7	42,7	46,4	45,8
Letónia	-9,8	-8,1	-3,6	-1,2	36,9	44,4	41,9	40,7
Lituânia	-9,4	-7,2	-5,5	-3,2	29,3	37,9	38,5	40,7
Hungria	-4,6	-4,3	4,3	-1,9	79,8	81,8	81,4	79,2
Polónia	-7,4	-7,9	-5,0	-3,9	50,9	54,8	56,2	55,6
Roménia	-9,0	-6,8	-5,6	-2,9	23,6	30,5	34,7	37,8
Suécia	-0,7	0,3	0,2	-0,5	42,6	39,4	38,4	38,2
Reino Unido ^(a)	-11,5	-10,2	-7,8	-6,3	64,8	79,4	85,5	90,0

Fonte: Eurostat, *Euro-indicators*, 22 de abril de 2013.

Nota: ^(a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de Abril do ano X a 31 de Março do ano X+1).

No contexto europeu, em 2012, o défice orçamental português situou-se acima da média da área do euro em 2,7 p.p. do PIB, sendo que onze dos dezassete países apresentam défices superiores a 3% do PIB, bem como a própria média da área do euro (Quadro 3 e Gráfico 1).

Gráfico 1: Saldo Orçamental e Dívida Pública em 2012

Fonte: Eurostat, *Euro-indicators*, 22 de abril de 2013.

É de salientar ainda que, em 2012, quatro dos doze países da área do euro com um procedimento aberto por défice excessivo, Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal, encontram-se sob programas de assistência financeira (Quadro 4).

Quadro 4: Países com procedimento por défice excessivo em 2012

País	Decisão do Conselho sobre a existência de défice excessivo	Prazo limite para a correção
Chipre	13 de Julho de 2010	2012
Áustria	2 de Dezembro de 2009	2013
Bélgica	2 de Dezembro de 2009	2012
Itália	2 de Dezembro de 2009	2012
Holanda	2 de Dezembro de 2009	2013
Portugal	2 de Dezembro de 2009	2014
Eslovénia	2 de Dezembro de 2009	2013
Eslováquia	2 de Dezembro de 2009	2013
França	27 de Abril de 2009	2013
Irlanda	27 de Abril de 2009	2015
Grécia	27 de Abril de 2009	2016
Espanha	27 de Abril de 2009	2014
Dinamarca	13 de Julho de 2010	2013
República Checa	2 de Dezembro de 2009	2013
Polónia	7 de Julho de 2009	2012
Roménia	7 de Julho de 2009	2012
Lituânia	7 de Julho de 2009	2012
Letónia	7 de Julho de 2009	2012
Reino Unido	8 de Julho de 2008	2014/15*
Hungria	5 de Julho de 2004	2012

*Ano Financeiro

Nota: No caso de Portugal, encontra-se em processo de aprovação o adiamento do prazo limite para a correção do défice excessivo para 2015.

Não obstante a redução dos défices orçamentais, a dívida pública continuou a aumentar, em percentagem do PIB, situando-se em 82,5% na União Europeia e em 87,2% do PIB, na área do euro. Atualmente, catorze Estados-membros registam rácios da dívida superiores ao valor de referência de 60% do PIB (Quadro 3).

Ajustamento de passagem do défice à variação da dívida

Em 2012, Portugal registou um ajustamento défice-dívida significativo, o qual reflete a aquisição líquida de ativos financeiros, nomeadamente as operações de reforço de capital do sistema bancário, com recurso a capitais públicos, e o aumento de depósitos. Adicionalmente, os outros ajustamentos são influenciados pela redução das dívidas a fornecedores, principalmente no sector da saúde.

Quadro 4: Ajustamento défice – dívida em Portugal (% PIB)

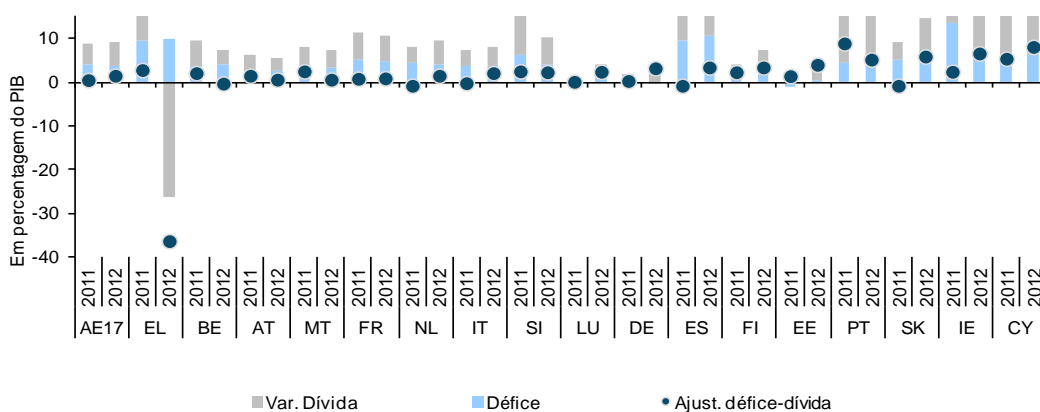
	2009	2010	2011	2012
Ajustamentos <i>Stock-Flow</i>	0,4	2,6	8,9	5,2
Aquisição líquida de activos financeiros	0,6	2,8	8,3	2,9
Moeda e depósitos	-0,3	0,4	6,0	0,7
Títulos excluindo acções	0,2	-0,3	0,1	3,7
Empréstimos	-0,1	0,7	0,3	0,7
Acções e outras participações	0,6	0,9	-0,2	-0,7
Outros activos financeiros	0,3	1,0	2,2	-1,6
Outros ajustamentos (ajust.+discrep.est.)	-0,3	-0,1	0,5	2,4

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, April 2012.

Comparando com os outros países da área do euro verifica-se que estes ajustamentos estão notoriamente acima dos verificados para a média da área do euro (0,5% em 2011 e 1,5% em 2012)), tendo, nos últimos dois anos, contribuído significativamente para o acréscimo do rácio da dívida pública em Portugal.

Gráfico 2: Déficit orçamental, variação da dívida pública e ajustamento défice-dívida

(em percentagem do PIB)



Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustment (SFA) for the Member States, the Euro area and the EU27 for the period 2009-2012*, as reported in the April 2013 EDP notification, 22 April 2013.